

# 1 O problema

## 1.1. Introdução

O setor agropecuário brasileiro é composto atualmente de grupos de produtores que diferem muito entre si, principalmente no que diz respeito às posses, tanto de terras como de capital, à mão-de-obra empregada e ao destino da produção (Fauth, 2008). Por este motivo, existem dois tipos básicos de unidades produtivas: as empresas agropecuárias e as unidades agrícolas familiares (Fauth, 2008). Segundo a autora, a agricultura familiar estaria inserida no interior desses distintos grupos. Para fins de estudo, a autora (2008, p. 51) define a agricultura familiar como sendo

“a estrutura produtiva agrícola baseada na utilização de mão-de-obra familiar, que tem, na exploração agrícola, o local de moradia e a maior parte da sua renda, agrícola ou não, provém das atividades desenvolvidas no estabelecimento, independentemente de sua extensão de terra.” (Fauth, 2008, p. 51).

Para ela, o termo agricultura familiar “engloba grupos com uma ampla heterogeneidade de recursos físicos, financeiros, humanos e sociais, que podem variar em cada país ou região” (Fauth, 2008, p.51). Poder-se-ia inferir, portanto, desta afirmação que um grupo de agricultores, situado em uma mesma região do país, tivesse características bem homogêneas e que, por conseguinte, o desempenho dos membros deste grupo variasse muito pouco.

A realidade, no entanto, não tem comprovado essa teoria. Em uma mesma região é possível encontrar alguns agricultores familiares bem desenvolvidos e outros voltados basicamente para subsistência, comercializando apenas o excedente de sua produção. É possível ainda encontrar agricultores vizinhos em que um pertence ao segmento da agricultura empresarial, também chamado de médio agricultor, e outro pertence ao segmento da agricultura familiar, ou também chamado de pequeno agricultor. A importância dada pelo Governo a este último segmento é tão grande que há alguns anos o Ministério da Agricultura se dividiu em dois ministérios: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo este último como uma de suas principais competências “a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares” (sítio MDA, consulta realizada em 18/10/2009).

A percepção que se tem é que as condições institucionais, no âmbito da agricultura familiar no Brasil, são atualmente bastante favoráveis ao estabelecimento de inúmeros empreendimentos rurais. O PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar – programa desenvolvido pelo Governo Federal voltado exclusivamente para o agricultor familiar, concedeu, no último Plano Safra (2008/2009), os menores juros praticados no mercado, destinados a financiamentos rurais. Em que pese a existência de questões objetivas altamente favoráveis ao desenvolvimento do agricultor familiar, a realidade mostra que ainda existem algumas questões intangíveis relacionadas a aspectos sócio-culturais que se colocam como barreiras nesse processo de mudança. No entanto, alguns agricultores conseguem ultrapassar essas barreiras e se desenvolvem de forma plena, ampliando seus empreendimentos. Outros, por sua vez, reforçam a visão que alguns autores ainda possuem da agricultura familiar ao associá-la ao modo de vida camponês, com uma produção toda voltada para o consumo da família e com técnicas bem rudimentares. Autores como Abramovay (1992) denominam a atual agricultura familiar como “moderna agricultura familiar”. “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (Abramovay, 1992, p. 22).

Já autores como Wanderley (1999) consideram que o agricultor familiar

“[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.” (Wanderley, 1999, p. 52).

Apesar das raízes históricas do campesinato ainda estarem presentes na agricultura familiar, isto não a impediu de se desenvolver e de ser capaz de transformar simples agricultores familiares em empreendedores rurais. Relacionar a questão do empreendedorismo à agricultura familiar pode parecer, à luz de autores como Schumpeter (1928), que introduziu ao termo empreendedorismo a palavra inovação, como algo inconcebível. No entanto, para autores como McClelland (1971) esta associação é de fato possível. Para melhor se entender a

associação entre agricultura familiar e empreendedorismo faz-se mister estudar a evolução pela qual esses dois termos passaram ao longo dos anos.

O termo empreendedorismo foi objeto de estudos durante vários séculos, tendo recebido uma maior atenção no século XX, principalmente a partir dos anos oitenta. Desde o século XVII, quando ocorreu a primeira concepção mais clara sobre o termo, até meados dos anos sessenta, o campo do empreendedorismo foi dominado pelos economistas, tendo Schumpeter (1928) como o principal colaborador sobre o assunto. Schumpeter, como supracitado, introduziu ao termo empreendedorismo a palavra inovação - para ele, a inovação se referia a uma nova utilização dos recursos disponíveis, diferente da forma tradicional (Filion, 1999).

Os economistas se preocupavam em estudar esse tema, pois acreditavam que o empreendedorismo tinha impacto direto no crescimento econômico de uma determinada região. Shane e Venkataraman (2000) enfatizaram o papel do empreendedorismo como um mecanismo capaz de mitigar as ineficiências temporais e espaciais pela qual a economia passa e considerando como tendo os empreendedores um papel fundamental no aumento da eficiência da alocação de recursos na economia.

Uma nova corrente sobre empreendedorismo surge em meados da década de sessenta – a corrente comportamentalista, também chamada de gerencial. Da mesma forma que a corrente econômica teve Schumpeter como seu principal autor, a corrente comportamentalista teve McClelland como sua principal referência. Para McClelland (1971, apud Filion 1997, p.5), “um empreendedor é alguém que exerce controle sobre a produção que não é somente para o seu consumo pessoal”.

Os comportamentalistas se preocuparam muito mais em estudar a figura do empreendedor, tentando traçar o seu perfil, as suas características, o seu comportamento e como se dá o processo de empreender.

O presente estudo, tendo como base a corrente comportamentalista, tem como objetivo geral identificar quais barreiras impactam a transformação de um agricultor familiar em um empreendedor rural. Poder-se-ia, assim, definir a seguinte pergunta-problema para a pesquisa: Por que alguns agricultores familiares, inseridos no mesmo contexto social que outros, se tornam empreendedores rurais?

## 1.2. Definição de termos

Os termos a seguir apresentam diferentes definições dependendo dos seus autores e perspectivas. Para este trabalho serão consideradas como ponto de partida definições sucintas, referentes a conceitos-chave, que serão desenvolvidos no referencial teórico.

**Agricultor Familiar** – A Lei nº 11.326, de 24/07/2006, definiu o agricultor familiar como sendo aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente a quatro requisitos centrais: a) não detenha área superior a quatro módulos fiscais<sup>1</sup>; b) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento; c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Censo Agropecuário 2006, Agricultura Familiar: Primeiros Resultados).

**Empreendedor Rural** – no presente trabalho, o empreendedor rural será definido tomando como base um misto entre a corrente dos economistas, liderada por Schumpeter (1928), e a corrente dos comportamentalistas, liderada por McClelland (1971). Assim sendo, o empreendedor rural é aquele que exerce controle sobre a produção que não é destinada somente para o seu consumo pessoal, agregando algum valor a ela, com foco no mercado, realizando, portanto, uma inovação no seu processo produtivo. Para isto, é necessário entender o conceito do termo inovação no presente trabalho.

**Inovação** – é definida como uma nova combinação dos recursos já disponíveis.

---

<sup>1</sup> O módulo fiscal é uma unidade de medida, também expressa em hectare, fixada para cada município, que leva em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar.

### **1.3. Objetivo Final**

O objetivo final deste trabalho é tentar identificar as barreiras que impedem ou dificultam que alguns agricultores familiares, inseridos no mesmo contexto social que outros, se tornem empreendedores rurais.

### **1.4. Objetivos intermediários**

Visando a alcançar este objetivo, os seguintes objetivos intermediários foram estabelecidos:

- Definir quem é o agricultor familiar e quem é o empreendedor rural;
- Com base em uma amostra pré-definida, identificar quais são os valores, as crenças, os comportamentos e as práticas culturais do agricultor familiar e do empreendedor rural;
- Identificar quais barreiras relacionadas a características do empreendedor e ao comportamento empreendedor afetam a transformação de um agricultor familiar em um empreendedor rural.

### **1.5. Relevância do estudo**

A rápida urbanização e a concentração da maior parte da população brasileira nas áreas metropolitanas têm levado os meios de comunicação e os estudiosos a dar pouco destaque ao que ocorre no meio rural e no setor agrícola, em particular no que tange à questão do emprego e do trabalho. (Schneider, 2006)

“A agricultura familiar vem se mostrando como uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, podendo favorecer o cumprimento de exigências sociais, como a geração de emprego e renda, e ambientais, como a conservação da biodiversidade”. (Fauth, 2008, p.51).

O fortalecimento da agricultura familiar tem sido visto como uma forma de desenvolvimento sustentável, pois ela tem contribuído para a criação de atividades agrícolas e não agrícolas e, com isso, tem conseguido colaborar para que as famílias permaneçam ou se fixem no meio rural (Fauth, 2006). Além disso, a agricultura familiar, segundo dados da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/MDA, é responsável por 70% dos

alimentos consumidos pelas famílias brasileiras em todo País. Esse percentual, sob o ponto de vista produtivo, representa um terço do agronegócio brasileiro, segundo dados da Unidade de Agronegócios do Sebrae Nacional. Alguns produtores rurais comercializam apenas o excedente à subsistência da sua família. Outros, por sua vez, produzem com o objetivo não só do consumo próprio, como também da comercialização. Apesar de não existir dados registrados sobre o assunto, ao que parece, a maior parte dos produtos comercializados pela agricultura familiar são vendidos *in natura*, ou seja, sem valor agregado. Os agricultores que conseguem acrescentar algum valor aos seus produtos possuem uma chance maior de proporcionar uma condição de vida melhor às suas famílias, pois seus produtos são vendidos por um preço mais elevado e o seu ganho, em termos absolutos, por conseguinte, também é maior. Além disso, os produtos colhidos, ao passarem por um processo de industrialização, conseguem ser conservados por mais tempo, o que não acontece com os produtos *in natura*, que são altamente perecíveis.

Sob o ponto de vista acadêmico, o trabalho pretende colaborar para o desenvolvimento de pesquisas acerca do tema empreendedorismo rural no Brasil, dando um destaque especial à agricultura familiar brasileira. Questões relacionadas principalmente a fatores comportamentais e culturais serão estudadas de modo a tentar entender as motivações e dilemas do agricultor a fim de ajudá-lo a gerenciar melhor as suas competências. As conclusões derivadas deste estudo podem auxiliar o governo a formular políticas públicas que incentivem o agricultor familiar a se tornar um empreendedor rural, contribuindo, dessa forma, tanto para uma melhor distribuição de renda – a venda de produtos de maior valor agregado gera maior renda do que a simples produção para subsistência – quanto para o aumento da oferta de alimentos para a população em geral. Além disso, nos países em desenvolvimento, de cada quatro pessoas pobres, três situam-se em zonas rurais e dependem direta ou indiretamente da agricultura (Fauth, 2008). Esta constatação torna de suma importância a ampliação de políticas públicas para a agricultura brasileira e, principalmente, pelos dados supracitados, para a agricultura familiar no Brasil.

Além do governo, as cooperativas de crédito, as cooperativas de produção, a própria agricultura familiar e a sociedade como um todo podem se beneficiar do estudo pois, entendendo os elementos que impelem alguns produtores rurais a ir além da subsistência, podem não só fomentar estudos mais aprofundados a respeito do assunto como também desenvolver ações e programas baseados nesses elementos para aumentar o número de cooperados e a abrangência de suas operações.

## **1.6. Delimitação do estudo**

Assim como o termo agricultura familiar desperta o interesse de vários estudiosos em vários campos de pesquisa, o campo do empreendedorismo também possui uma série de temas de pesquisa abordados na literatura. Veiga (2005, p. 16) ilustra bem esta situação ao afirmar que “[...] existe hoje uma espécie de pântano intelectual a respeito do empreendedorismo”. Fillion (1999, p. 21) corrobora este pensamento ao afirmar que “iniciar-se na pesquisa no campo do empreendedorismo é como entrar em um imenso bazar. Encontra-se de tudo para todos.”

O presente trabalho, no entanto, focará nas possíveis barreiras existentes na agricultura familiar, as quais impedem que determinados agricultores de uma região específica, que estão diante das mesmas questões objetivas que outros, como acesso ao crédito, mercado consumidor e condições climáticas, se tornem empreendedores rurais, ou seja, decidam produzir não apenas para o consumo da sua família, mas também com foco no mercado. Além disso, decidam comercializar não apenas o produto *in natura*, mas sim um produto que tenha passado por algum processo produtivo e, por esse motivo, possua um valor agregado. Em outras palavras, para efeito de simplificação, o estudo, em um primeiro momento, entenderá que o empreendedor rural se refere ao agricultor que não apenas comercializa, por exemplo, a cana-de-açúcar, plantada em suas terras e que não foi consumida pela sua família. O empreendedor é aquele que ao invés de vender a cana *in natura*, decide transformá-la em um melado, conseguindo, com isso, comercializá-la por um preço mais elevado e, além disso, aproveitar toda a sua produção, visto que o prazo de validade de um produto

industrializado é superior ao de um produto em seu estado natural. O empreendedor também pode ser aquele que não apenas possui gado em suas terras para alimentar sua família, mas aquele que resolveu trabalhar, por exemplo, com inseminação artificial.

De uma forma geral, o empreendedor rural pode ser entendido como o agricultor familiar que introduziu alguma inovação em sua propriedade, seja em termos de processo, seja em termos de produto, seja em termos de um novo uso de suas terras. Todas essas modificações foram feitas não pensando apenas no sustento da família, mas sim em uma forma de proporcionar-lhe melhores condições de vida.

O estudo terá como foco, portanto, agricultores familiares integrantes do Sistema Cresol - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, que atuam nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com agricultores familiares, identificados como empreendedores e como não-empreendedores, atuantes na agricultura familiar há mais de três anos e meio.

Em função do tempo restrito, da disponibilidade de informações e da dificuldade de acesso às propriedades rurais, o estudo não se preocupou em avaliar o futuro do jovem agricultor familiar e nem fazer uma comparação entre a mulher empreendedora e o homem empreendedor. A preocupação maior se deteve em entender a lacuna existente entre o simples agricultor familiar e o agricultor familiar empreendedor.

## **1.7. Estrutura do trabalho**

Esta dissertação está organizada em oito capítulos: O Problema, Referencial Teórico, Agricultura Familiar nos dias de hoje, Metodologia de Pesquisa, Análise dos Resultados de Pesquisa, Conclusões e Recomendações, Referências Bibliográficas e Anexos.

O primeiro capítulo apresenta a situação problema, que é contextualizada. Em seguida, definem-se os termos-chave, o objetivo final e objetivos intermediários; destaca-se a relevância do tema e a sua delimitação.

No segundo capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica sobre as principais questões relativas ao tema da pesquisa: empreendedorismo, agricultura familiar e empreendedorismo rural.

O terceiro capítulo apresenta dados atuais da agricultura familiar brasileira, destacando a última publicação do Censo Agropecuário e os principais programas de governo voltados para esse público.

O quarto capítulo aborda a metodologia do estudo: o tipo de pesquisa utilizada, seleção do universo e da amostra, a forma de coleta e tratamento dos dados e limitações do método.

O quinto capítulo contempla a análise das entrevistas realizadas, tomando como base a literatura sobre o assunto.

O sexto capítulo é dedicado à conclusão, com a análise do caso, recomendações e sugestões para pesquisas futuras.

O sétimo capítulo contém as referências bibliográficas, e o oitavo e último capítulo traz os anexos à pesquisa.